

**ATA**

Aos dez dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e treze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva - e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira, André Guimarães Coelho Lima e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Não compareceu a Vereadora Francisca Maria da Costa Abreu, cuja falta foi considerada justificada. -----

Secretariou a Técnica Superior, Marta Sofia das Neves Ribeiro Cunha. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

**-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----****-----INTERVENÇÕES-----**

**1 - Vereador André Coelho Lima** – Começou por manifestar que aquilo que resulta para os parques de ciência e tecnologia (PCT's), por omissão, do novo Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local, isto é, que os municípios deixem de poder deter participações nos PCT's, é uma decisão incongruente e politicamente incompreensível, para além de ter um reduzido alcance prático na medida em que os parques não deixarão, naturalmente, de existir, nem deixarão de funcionar com a vocação para que foram criados. De seguida, questionou sobre a forma como pensa a Câmara solucionar esta questão, referindo concretamente o património do AvePark, o seu passivo que, previsivelmente, terá que ser assumido pelo Município, bem como a relação com os restantes acionistas. Questionou, ainda, a

Câmara sobre a atual situação financeira do AvePark, designadamente em termos de cumprimento da legislação em vigor quanto à obrigatoriedade de apresentação de equilíbrio financeiro, atendendo a que é público que foram já movidas ações judiciais contra o AvePark para cobrança de dívidas, situação que não é partilhada por outros PCT's que, apesar de inaugurados em datas posteriores ao AvePark, se encontram já em cumprimento da obrigatoriedade de equilíbrio financeiro, o que não estará a ser cumprido pelo AvePark. Por último, defendeu, ainda, uma solução que passasse pela entrega da gestão do AvePark a entidades que tenham vocação para a gestão de equipamentos de pendor científico e de investigação, tendo destacado a Universidade do Minho como a entidade mais adequada para proceder à gestão do espaço, mediante protocolo a estabelecer com o Município de Guimarães, a quem, provavelmente, tocará a titularidade do património imobiliário da sociedade AvePark. -----

**2 - Vereador José Torcato Ribeiro** – Referiu uma visita ao Bairro da Emboladoura, em Gondar, onde foram apontadas pelos moradores algumas anomalias que precisam de reparação. Informou que os moradores têm feito alguns pedidos de reparação, não havendo qualquer tipo de resposta às suas preocupações por parte do IHRU – Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana - entidade proprietária dos edifícios, referindo, essencialmente, a existência de caleiros entupidos por acumulação de folhas e outros detritos, obrigando à saída da água pela fachada do edifício e provocando, conseqüentemente, infiltrações. Acrescentou que o telhado destes edifícios, de placas de fibrocimento, encontra-se degradado e a precisar de ser substituído. Alertou para a necessidade de se encontrar um mecanismo que possa intermediar estas situações junto do IHRU



no sentido de resolver pequenas reparações que vão surgindo, verificando-se, já, iniciativas de reparação por parte de alguns moradores que vão provocando a descaracterização do edifício. ---

**5 – Presidente da Câmara** – Sobre as intervenções feitas, esclareceu: **a)** - Disse que as preocupações do Vereador André Coelho Lima são também as preocupações do executivo e representam o rumo que o país está a atravessar de permanente sobressalto a diferentes níveis, provocado pela publicação de legislação ambígua, apontando como exemplo a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. Disse que, relativamente ao Avepark, a Câmara Municipal cumprirá a lei, apesar de discordar dos pressupostos que retiram competências às Autarquias. Revelou que está a ser promovida uma solução com dois acionistas, a Universidade do Minho e o Parque de Ciência e Tecnologia do Porto, informando da realização, no dia de amanhã, de uma reunião para procurar solucionar um problema que exige bom senso. Relativamente à questão do equilíbrio financeiro do Avepark lembrou o acordo parassocial aprovado pela Câmara Municipal, estando o assunto a ser debatido no âmbito do processo de resolução da questão essencial. Por último, deu conhecimento que, a curto prazo, será remetida a esta Câmara Municipal uma proposta relativa ao futuro do Avepark; **b)** - Sobre a intervenção do Vereador José Torcato Ribeiro disse que a estratégia de reabilitação, que teve início nos Bairros de Nossa Senhora da Conceição, estendia-se, também, ao Bairro da Emboladoura, em Gondar, tendo mesmo sido elaborado o respetivo projeto de reabilitação urbana. Lembrou a excelente colaboração obtida com o IHRU para a implementação do projeto de recuperação do Bairro Nossa Senhora da Conceição, em parceria com a designer espanhola Agatha Ruiz de la Prada, indicando que atualmente a

Autarquia não tem recebido, por parte do IHRU, resposta à proposta apresentada para a continuação do trabalho de reabilitação do parque habitacional daquele Instituto. Referiu que a Câmara Municipal poderá intervir pontualmente no Bairro da Emboladoura, mas será sempre no pressuposto de que está a intervir em propriedade alheia, mostrando disponibilidade para a realização de pequenas limpezas como desobstrução de caleiros, desde que sejam apresentadas as respectivas situações por parte da Junta de Freguesia de Gondar. -----

**6 - Vereadora Alexandra Gesta** – Ainda sobre a questão do Bairro da Emboladoura, em Gondar, referiu que o problema, neste momento, reside na ausência de interlocutor junto do IHRU, na medida em que o anterior coordenador da região norte já não exerce funções neste Instituto, havendo alguma dificuldade em contactar aqueles serviços, lembrando os três projetos RECRUA que terminaram há muito tempo e cujos proprietários ainda não foram ressarcidos do valor que lhes é devido. -----

#### -----**INFORMAÇÕES**-----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1** – De um quadro elaborado pelos alunos da EB1 de Frejufe, Maia, subordinado ao tema Guimarães Capital Europeia da Cultura 2012, deixando perceber a dimensão que este evento teve noutros pontos do país. **2** – Do artigo designado por “Évora, Guimarães e Cascais são cidades perfeitas”, publicado em “arquitecturas” - jornal de negócios das cidades, no passado dia 1 de janeiro. -----

#### -----**DELIBERAÇÕES**-----

Foi aceite, por unanimidade, votar, antes da ordem do dia, a seguinte proposta: -----

**VOTO DE PESAR – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SOUTO S. SALVADOR - DOMINGOS SOUSA FERNANDES –**



Presente a seguinte proposta: "No passado domingo, 6 de janeiro, faleceu o Presidente da Junta de Freguesia de Souto S. Salvador, Domingos Fernandes, cidadão com vasto trabalho autárquico realizado ao serviço das populações da sua freguesia há mais de uma década. Eleito pela primeira vez em 1997, Domingos Fernandes exerceu as suas funções nos últimos quinze anos, tendo sido reeleito em 2001, 2005 e 2009. Profundo conhecedor do território e das populações do noroeste concelhio, os seus mandatos foram marcados por uma dedicação sem limites e uma presença constantes junto da Câmara Municipal, colaborando com as mais diversas iniciativas e promovendo importantes beneficiações que muito serviram o progresso e a melhor qualidade de vida da sua comunidade. A sua morte, ocasionada por uma queda accidental no final de uma iniciativa cultural a que assistira na vizinha freguesia de Souto Santa Maria, provocou um profundo choque e uma elevada consternação nas populações daquela área concelhia, a que se deve associar a Câmara Municipal. Expressando o mais profundo pesar pelo ocorrido, proponho que a Câmara Municipal aprove e envie à sua família e a Junta e Assembleia de Freguesia de Souto S. Salvador um sentido voto de condolências."

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

**1** – Do ofício da Cooperativa Tempo Livre remetendo, para conhecimento, o Plano de Atividades e Orçamento para 2013, aprovado na Assembleia de Cooperantes realizada no passado dia 20 de dezembro de 2012, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas; **2** – Do ofício da Cooperativa Turipenha remetendo, para conhecimento, o Plano de

Atividades e Orçamento para 2013, aprovado na Assembleia de Cooperantes realizada no passado dia 27 de dezembro, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas; **3** – Do Ofício da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Santos Carvalho & Associados, SROC, SA remetendo, nos termos do art.º 25.º, n.º 6, alínea h) da Lei n.º 50/2012, de 21 de agosto, informação sobre a situação económica e financeira da CASFIG - Coordenação de Âmbito Social e Financeiro das Habitações Sociais de Guimarães, EM relativa ao primeiro semestre de 2012, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas; **4** – Do ofício da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Santos Carvalho & Associados, SROC, SA remetendo, nos termos do art.º 25.º, n.º 6, alínea h) da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, informação sobre a situação económica e financeira da VIMÁGUA - Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, E.I.M., SA relativa ao primeiro semestre de 2012, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas; **5** – Do ofício dos Transurbanos de Guimarães Transportes Públicos, Lda remetendo, nos termos e para efeitos do n.º 2 do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 8/93, de 11 de janeiro, e de acordo com o Despacho Normativo n.º 24-B/2012 de 14 de dezembro, a nova Tabela de Conversão Tarifária, com entrada em vigor no dia 1 de janeiro. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

**CÂMARA – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 20 DE DEZEMBRO DE 2012.** Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**CÂMARA - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – REGULAMENTO**

**PARA A ATRIBUIÇÃO DE CIRCUITOS TURÍSTICOS NO CONCELHO DE GUIMARÃES** – Presente a seguinte proposta:

“Com a atribuição dos circuitos turísticos em autocarro e veículo com tração animal, no ano de 2012 verifica-se, agora, a necessidade de operacionalizar os procedimentos relativos à gestão corrente desta atividade, designadamente as alterações no percurso, os pontos de paragem e o horário de funcionamento. O art.º 28.º do Regulamento para a atribuição de circuitos turísticos no Concelho de Guimarães prevê a possibilidade de delegação no Presidente da Câmara das competências atribuídas naquele Regulamento à Câmara Municipal. Deste modo, coloca-se à consideração superior a apresentação da proposta de delegação das competências que o Regulamento supra identificado atribui à Câmara Municipal, no Presidente da Câmara, com faculdade de subdelegação, nos termos do n.º 2 do seu artigo 28.º conjugado com o art.º 36.º do Código do Procedimento Administrativo”.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**OBRAS PÚBLICAS – EXTENSÃO DO MUSEU ALBERTO SAMPAIO - CONTA FINAL** - Presente, para aprovação da

Câmara Municipal, a conta final, datada de 6 de dezembro de 2012, bem como o auto final da obra em epígrafe, adjudicada à empresa “António da Silva Campos, SA.”, nos valores, respetivamente, de 1.811.164,98€+IVA e de 185.891,81€ + IVA, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**

**FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE BALAZAR – ALTERAÇÃO AO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – ANO DE 2009** – Presente a seguinte proposta

do Vereador Domingos Bragança: “A Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em 23 de abril de 2009,

deliberou delegar na Junta de Freguesia de Balazar, a execução da obra de "Pavimentação da Estrada Municipal 585 e Construção de Passeios", bem como a atribuição de uma verba até ao montante de 9.112,76€. Em carta dirigida à Câmara, a Junta de Freguesia de Balazar informou não ter sido possível a execução da referida obra durante aquele ano, pretendendo agora a alteração daquele Protocolo, para que este se destine a apoiar a obra de construção de um muro de suporte de terras na rua das Póvoas. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação da alteração ao Protocolo de Delegação de Competências relativo ao ano de 2009, passando as cláusulas 1.ª e 3.ª a ter a seguinte redação: **Cláusula 1.ª** - "O presente protocolo tem por objeto a delegação de competências na Freguesia de Balazar para a execução da obra de construção de um muro de suporte de terras na rua das Póvoas- 1.ª fase"; **Cláusula 3.ª** - "Para a realização do objeto do presente Protocolo, contido na cláusula 1ª, a Junta compromete-se a concluir as obras até 31 de dezembro de 2013." Mais se propõe a aprovação da transição da respetiva verba de 9.112,76€ para o ano de 2013." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE BALAZAR – PRIMEIRO ADITAMENTO AO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – ANO 2012** – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: "A Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em 21 de junho de 2012, deliberou delegar na Junta de Freguesia de Balazar, a realização da obra de Pavimentação da Estrada Municipal entre a Igreja e a E.N.101, bem como a atribuição de uma verba até ao montante de 8.891,22€. Em carta dirigida à Câmara, a Junta de Freguesia de Balazar informou não ter sido possível a execução daquela obra





durante o ano de 2012, pretendendo agora a alteração daquele Protocolo, de forma que este se destine a apoiar a obra de construção de um muro de suporte de terras na rua das Póvoas. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação da alteração ao Protocolo de Delegação de Competências relativo ao ano de 2012, celebrado em 21 de junho de 2012, passando as cláusulas 1.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> a ter a seguinte redação: **Cláusula 1.<sup>a</sup>** - "O presente protocolo tem por objeto a delegação de competências na Freguesia de Balazar para a execução da obra de construção de um muro de suporte de terras na rua das Póvoas – 2.<sup>a</sup> fase"; **Cláusula 3.<sup>a</sup>** - "Para a realização do objeto do presente Protocolo, contido na cláusula 1.<sup>a</sup>, a Junta compromete-se a concluir as obras até 31 de dezembro de 2013." Mais se propõe a aprovação da transição da respetiva verba de 8.891,22€ para o ano de 2013." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE BARCO – PRIMEIRO ADITAMENTO AO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ASSINADO NO DIA 21 DE JUNHO DE 2012** – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: "A Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em 26 de Abril de 2012, deliberou delegar na Junta de Freguesia de Barco a execução da obra de Pavimentação das Travessas da Ponte Nova e do Juncal e da rua da Boavista, bem como a atribuição da verba necessária à execução das obras, até ao montante de 11.866,19€. Em dezembro de 2012, a Junta de Freguesia de Barco informou esta Câmara Municipal não ter sido possível executar aquelas obras, solicitando autorização para a sua execução durante o ano de 2013. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação do primeiro

aditamento ao Protocolo de Delegação de Competências, celebrado em 21 de junho de 2012, passando a Cláusula 3.<sup>a</sup> a ter a seguinte redação: "Para a realização do objeto do presente Protocolo, contido na cláusula 1.<sup>a</sup>, a Junta compromete-se a concluir as obras até 31 de dezembro de 2013." Mais se propõe a aprovação da transição da respetiva verba de 11.866,19€ para o ano de 2013." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** --

**FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE S. TORCATO – PRIMEIRO ADITAMENTO AO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ASSINADO NO DIA 21 DE JUNHO DE 2012**

– Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: "A Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em 26 de Abril de 2012, deliberou delegar na Junta de Freguesia de S. Torcato a execução da obra designada por "Pavimentação da rua da Liberdade", bem como a atribuição da verba necessária à execução das obras, até ao montante de 15.005,12€. Em dezembro de 2012, a Junta de Freguesia de S. Torcato informou esta Câmara Municipal não ter sido possível executar aquela obra pelo facto do valor disponível não ser suficiente para a totalidade da obra, solicitando autorização para a sua execução durante o ano de 2013. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação do primeiro aditamento ao Protocolo de Delegação de Competências celebrado em 21 de junho de 2012, passando a cláusula 3.<sup>a</sup> a ter a seguinte redação: **Cláusula 3.<sup>a</sup>** - "Para a realização do objeto do presente Protocolo, contido na cláusula 1.<sup>a</sup>, a Junta compromete-se a concluir as obras até 31 de dezembro de 2013." Mais se propõe a aprovação da transição da respetiva verba de 15.005,12€ para o ano de 2013." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** --

**FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE SOUTO SANTA**

**MARIA – PRIMEIRO ADITAMENTO AO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ASSINADO NO DIA 21 DE JUNHO DE 2012**

Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: "A Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em 26 de Abril de 2012, deliberou delegar na Junta de Freguesia de Souto Santa Maria a execução da obra designada por "Requalificação do Centro Cívico", bem como a atribuição da verba necessária à execução das obras até ao montante de 11.741,12€. Em dezembro de 2012, a Junta de Freguesia de Souto Santa Maria informou esta Câmara Municipal não ter sido possível dar início aos trabalhos no mês de outubro, conforme inicialmente previsto, devido às condições meteorológicas, solicitando autorização para a sua execução durante o ano de 2013. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação do primeiro aditamento ao Protocolo de Delegação de Competências, celebrado em 21 de junho de 2012, passando a cláusula 3.ª a ter a seguinte redação: "Para a realização do objeto do presente Protocolo, contido na cláusula 1ª, a Junta compromete-se a concluir as obras até 31 de dezembro de 2013." Mais se propõe a aprovação da transição da respetiva verba de 11.741,12€ para o ano de 2013."

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE SERZEDELO – PRIMEIRO ADITAMENTO AO PROTOCOLO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO ASSINADO NO DIA 21 DE JUNHO DE 2012**

Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: "A Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em 26 de Abril de 2012, deliberou atribuir um subsídio à Junta de Freguesia de Serzedelo para comparticipação na obra de construção do espaço de lazer junto ao rio Ave (lugares de Talegre

e Várzea), bem como a atribuição de uma verba até ao montante de 14.000,00€. Em dezembro de 2012, a Junta de Freguesia de Serzedelo informou esta Câmara Municipal da impossibilidade de proceder à execução daquela obra, tendo em conta o atraso na elaboração do respetivo projeto, solicitando autorização para a sua execução durante o ano de 2013. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação do primeiro aditamento ao Protocolo de Atribuição de Subsídio, celebrado em 21 de junho de 2012, passando a Cláusula 3ª a ter a seguinte redação: "Para a realização do objeto do presente Protocolo, contido na cláusula 1ª, a Junta compromete-se a concluir as obras até 31 de dezembro de 2013." Mais se propõe a aprovação da transição da respetiva verba de 14.000,00€ para o ano de 2013."

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**FREGUESIAS - JUNTA DE FREGUESIA DE URGEZES -  
SEGUNDO ADITAMENTO AO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE  
COMPETÊNCIAS ASSINADO NO DIA 21 DE JUNHO DE 2012 -**

Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: "A Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em 26 de Abril de 2012, deliberou delegar na Junta de Freguesia de Urgezes a execução das seguintes obras: construção de muro de suporte na Urbanização das trofas; construção de passeios na Urbanização das Trofas e em S. Gualter; pavimentação das Ruas do outeiro e dos Barreiros e projeto de ligação da EM 580 à unidade de saúde familiar. Mais foi deliberado a atribuição da verba necessária à execução das obras até ao montante de 24.585,50€. Em setembro de 2012, a Junta de Freguesia de Urgezes informou esta Câmara Municipal não ser possível concretizar algumas das obras inicialmente previstas, assim como ter havido um lapso nas obras identificadas no respetivo protocolo,



sendo que a sua pretensão seria de proceder à reparação de passeios na Urbanização das Trofas e na Rua Cândido José de Carvalho; à pavimentação da Rua do Outeiro, e à execução de obras de melhoria/benfeitoria (telhado e pintura de paredes) no edifício Francisco Santos Guimarães, da propriedade do Município de Guimarães e cedido à junta de freguesia por comodato, designado por “Vaca Negra – Centro de Criação, Artes e Cultura”, pelo que por deliberação da Câmara Municipal de Guimarães, datada de 04 de outubro de 2012, foi aprovada a alteração solicitada referente ao objeto do Protocolo de Delegação de Competências celebrado em 21 de junho de 2012. Em dezembro de 2012, a Junta de Freguesia de Urgezes informou esta Câmara Municipal não ter sido possível concluir a totalidade daquelas obras, devido ao mau tempo dos últimos meses, solicitando autorização para a sua conclusão durante o ano de 2013. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação do segundo aditamento ao Protocolo de Delegação de Competências, celebrado em 21 de junho de 2012, passando a Cláusula 3.ª a ter a seguinte redação: “Para a realização do objeto do presente Protocolo, contido na cláusula 1ª, a Junta compromete-se a concluir as obras até 31 de dezembro de 2013.” Mais se propõe a aprovação da transição da respetiva verba de 24.585,50€ para o ano de 2013.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE SOUTO S. SALVADOR – SEGUNDO ADITAMENTO AO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ASSINADO NO DIA 23 DE ABRIL DE 2009** – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “A Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em 23 de Abril de 2009, deliberou delegar na

Junta de Freguesia de Souto S. Salvador a execução das obras de "Alargamento da Estrada Municipal e Construção de Muros na E.N.309", correspondendo à rua Manuel Alves Matos, bem como a atribuição da verba necessária à execução das obras até ao montante de 13.471,82€. Por deliberação da Câmara Municipal de Guimarães, datada de 05 de janeiro de 2011, foi aprovada a transferência, para o ano de 2011, da verba de 13.471,82€ necessária à execução daquela obra, no âmbito do Protocolo de Delegação de Competências celebrado em 23 de abril de 2009, na sequência do solicitado pela Junta de Freguesia por motivos de dificuldades na negociação da cedência do terreno por parte do proprietário. Em dezembro de 2012, a Junta de Freguesia de Souto S. Salvador informou esta Câmara Municipal não ter sido ainda possível iniciar as obras acima identificadas durante o ano de 2011, solicitando autorização para a sua execução durante o ano de 2013. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação do segundo aditamento ao Protocolo de Delegação de Competências, celebrado em 23 de abril de 2009, passando a Cláusula 3ª a ter a seguinte redação: "Para a realização do objeto do presente Protocolo, contido na cláusula 1ª, a Junta compromete-se a concluir as obras até 31 de dezembro de 2013." Mais se propõe a aprovação da transição da respetiva verba de 13.471,82€ para o ano de 2013." **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----  
**FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE SOUTO S. SALVADOR – SEGUNDO ADITAMENTO AO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ASSINADO NO DIA 12 DE ABRIL DE 2011** - Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: "A Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em 7 de Abril de 2011, deliberou delegar na



Junta de Freguesia de Souto S. Salvador a execução das obras de pavimentação de ruas, alargamento da E.N.309 e ligação da E.M.583 à Igreja, bem como a atribuição da verba necessária à execução das obras até ao montante de 13.556,92€. Por deliberação da Câmara Municipal de Guimarães, datada de 05 de janeiro de 2012, foi aprovada a transferência, para o ano de 2012, da verba de 13.556,92€ necessária à execução daquela obra, no âmbito do Protocolo de Delegação de Competências celebrado em 12 de abril de 2011, na sequência do solicitado pela Junta de Freguesia. Em dezembro de 2012, a Junta de Freguesia de Souto S. Salvador informou esta Câmara Municipal não ter sido ainda possível iniciar as obras acima identificadas durante o ano de 2012, solicitando autorização para a sua execução durante o ano de 2013. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação do segundo aditamento ao Protocolo de Delegação de Competências, celebrado em 12 de abril de 2011, passando a Cláusula 3ª a ter a seguinte redação: "Para a realização do objeto do presente Protocolo, contido na cláusula 1ª, a Junta compromete-se a concluir as obras até 31 de dezembro de 2013." Mais se propõe a aprovação da transição da respetiva verba de 13.556,92€ para o ano de 2013." **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE SOUTO S. SALVADOR – PRIMEIRO ADITAMENTO AO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ASSINADO NO DIA 21 DE JUNHO DE 2012** - Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: "A Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em 26 de Abril de 2012, deliberou delegar na Junta de Freguesia de Souto S. Salvador a execução da obra de alargamento da rua Manuel Alves Matos (E.N.309), bem como a

atribuição da verba necessária à execução das obras até ao montante de 13.556,92€. Em dezembro de 2012, a Junta de Freguesia de Souto S. Salvador informou esta Câmara Municipal não ter sido possível iniciar a obra em causa, solicitando autorização para a sua execução durante o ano de 2013. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação do primeiro aditamento ao Protocolo de Delegação de Competências, celebrado em 21 de junho de 2012, passando a Cláusula 3.ª a ter a seguinte redação: "Para a realização do objeto do presente Protocolo, contido na cláusula 1ª, a Junta compromete-se a concluir as obras até 31 de dezembro de 2013." Mais se propõe a aprovação da transição da respetiva verba de 13.556,92€ para o ano de 2013." **DELIBERADO APROVAR POR**

**UNANIMIDADE.** -----

**REGULAMENTOS – TAXA CONSTANTE DA TABELA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS - INDICAÇÃO DO VALOR**

– Presente a seguinte informação da Chefe de Divisão Administrativa: "A Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais em vigor para o corrente ano de 2013 foi aprovada por deliberação da Câmara Municipal, tomada em sua reunião de 12 de novembro de 2012, sancionada pela Assembleia Municipal em sua sessão de 26 do mesmo mês de novembro. Verificou-se, entretanto, existir um lapso (por omissão) relativo à taxa constante da al. c) do n.º 6 do art.º 1.º desta Tabela - certidões "de Interesse Público (RAN, REN e outras)" – porquanto não ficou a constar o respetivo valor. O valor que se pretendia aprovar para esta taxa é o mesmo que vem sendo cobrado pela emissão destas certidões, retirado do ponto 1 da Tabela de Taxas e Outros Encargos nas Operações Urbanísticas relativo à taxa correspondente ao "Pedido de informação prévia e pareceres de





localização”, no montante de 51,76€. Sendo agora necessário retificar aquele lapso da Tabela de Taxas já aprovada, deve tal alteração ser, de novo, submetida a aprovação da Câmara Municipal, e posterior ratificação pela Assembleia Municipal, indicando-se, no ponto supra identificado, o valor de 51,76€ (e).”

**DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira, André Coelho Lima e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

**TRÂNSITO – EXTINÇÃO DAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA DA RUA DA LIBERDADE E RUA DO MERCADO MUNICIPAL**

– Presente a seguinte informação do Chefe de Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas: “Por deliberação tomada em reunião ordinária de 19 de Abril de 2010, foi aprovada a criação de novas zonas de estacionamento de duração limitada, entre as quais, na Rua da Liberdade e Rua do Mercado Municipal. Com a sua implementação em Julho de 2010 e Janeiro de 2011, respetivamente, constata-se que o propósito de garantir a rotatividade do estacionamento por pequenos períodos de tempo não teve a aplicabilidade expectável, decorrente do número de lugares disponível e atratividade local, com exceção da sexta-feira e sábado de manhã. Como tal, a empresa Vitrus Ambiente, SA, na qualidade de empresa municipal com competência delegada na gestão e fiscalização das zonas de estacionamento de duração limitada, vem solicitar a anulação das zonas supra mencionadas, o que permitirá alocar os equipamentos instalados noutros locais com maior necessidade de estacionamento por pequenos períodos de tempo, incrementando a sua rotatividade, designadamente no Largo Dr. João da Mota Prego e na Rua Dr. Avelino da Silva Guimarães, zonas já

aprovados anteriormente, em reuniões do executivo de 24 de Novembro de 2011 e 9 de Julho de 2012. Face ao exposto, submete-se à consideração superior a extinção das zonas de estacionamento de duração limitada da Rua da Liberdade e Rua do Mercado Municipal.” **DELIBERADO APROVAR POR**

**UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO – ATRIBUIÇÃO DE VERBAS PARA ALIMENTAÇÃO E GESTÃO EM REFEITÓRIOS ESCOLARES - ANO CIVIL 2013 -**

Presente a seguinte informação da Divisão de Educação: “Como é de conhecimento superior, é apresentada anualmente proposta de atribuição de verbas a várias entidades (Centros Sociais, Freguesias, Agrupamentos de Escolas, entre outras), que têm sob a sua responsabilidade a alimentação e gestão em refeitórios escolares. Assim, face à Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro e à informação do Departamento Financeiro de que não existem fundos disponíveis para assumir novos compromissos, cumpre-nos informar que a transferência de verbas para alimentação e gestão em refeitórios escolares no ano civil 2013 é urgente, imprescindível e inadiável, considerando que: compete à autarquia assegurar a gestão dos refeitórios escolares dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico, nos termos da alínea b) do ponto 3, do artigo 19º, da Lei nº 159/99, de 14 de setembro de 1999; é igualmente da competência da autarquia, nos termos da alínea d), do ponto 4, do artigo 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro de 2002, deliberar em matéria de ação social escolar, designadamente no que respeita a alimentação, nos termos determinados pelo Despacho nº 18987/2009, de 17 de agosto de 2009, que regula as condições de aplicação das medidas de ação social escolar da responsabilidade



do Ministério da Educação e dos Municípios, com as alterações introduzidas pelos Despachos nº 14368-A/2010, de 14 de setembro de 2010, nº 12284/2011, de 19 de setembro de 2011, e nº 11886-A/2012, de 6 de setembro de 2012. Perante o exposto, propõe-se que seja dado despacho de autorização de compromisso para a transferência de verbas para entidades no valor mensal de €36 478,20, conforme discriminado no mapa em anexo, o que perfaz um total anual no valor de €401 260,20. Mais se informa que deverá ser comunicada a atribuição das verbas às entidades e aos respetivos agrupamentos de escolas. À consideração superior.” O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO - ATRIBUIÇÃO DE VERBAS A ENTIDADES PARA ENCARGOS COM VIGILANTES EM TRANSPORTE ESCOLAR - ANO CIVIL DE 2013** - Presente a seguinte informação da Divisão de Educação: “Como é de conhecimento superior, os alunos matriculados na EB1 Candoso S. Tiago e as crianças e alunos residentes em Matamá, que frequentam o Centro Escolar de Infantas, estão a beneficiar, ao longo de vários anos, de transporte escolar em autocarros da Autarquia. De modo a garantir a segurança das crianças e alunos no trajeto casa/escola e vice-versa, a Autarquia tem vindo a transferir mensalmente uma verba para a Freguesia de Candoso S. Tiago e para o Agrupamento de Escolas Santos Simões, destinada a custear os encargos com pessoal para vigilância e acompanhamento daqueles alunos no transporte escolar. Assim, e face à Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, e à informação do Departamento Financeiro de que não existem fundos disponíveis para assumir novos compromissos, cumpre-nos informar que é urgente, imprescindível e inadiável,

proceder à transferência de verbas para as entidades supracitadas, uma vez que: é obrigatória, para além do motorista, a presença de um acompanhante adulto, designado por vigilante, a quem compete zelar pela segurança das crianças, nos termos do disposto no artigo 8º, da Lei nº 13/2006, de 17 de Abril de 2006, diploma que regulamenta o transporte coletivo de crianças até aos 16 anos; é competência da autarquia, enquanto entidade organizadora do transporte, assegurar a presença de vigilantes para acompanhamento dos alunos no transporte escolar, conforme previsto no artigo 8, da Lei supracitada; a Freguesia de Candoso S. Tiago e o Agrupamento de Escolas Santos Simões disponibilizam-se a assegurar, mediante a atribuição de uma verba mensal, os encargos com a colocação de pessoal no transporte escola. Perante o exposto, solicita-se que seja dado despacho de autorização de cabimento e de compromisso para a atribuição, no período de janeiro a julho e setembro a dezembro de 2013, de uma verba anual no valor de 9.000,00€, conforme discriminado no mapa em anexo. Mais se informa, que o assunto deve ser presente a Reunião de Câmara para deliberação. À consideração Superior.” O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**EDUCAÇÃO – TRANSFERÊNCIA DE VERBAS A ENTIDADES PARA ENCARGOS COM PESSOAL EM REFEITÓRIO E PROLONGAMENTO DE HORÁRIO - ACORDO DE COOPERAÇÃO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR - ANO CIVIL DE 2013 -**

Presente a seguinte informação da Divisão de Educação: “Como é de conhecimento superior, é renovado anualmente o Acordo de Cooperação da Educação Pré-Escolar, celebrado entre a Autarquia, a DREN e o Instituto da Segurança Social, do qual resulta a



atribuição de uma comparticipação financeira, cujo montante é determinado tendo por base o número de crianças inscritas em cada Jardim-de-Infância da rede pública nas atividades de animação (prolongamento de horário) e de apoio à família (almoço), e que consta do anexo do Acordo. Com base nos dados fornecidos pelos Agrupamentos de Escolas no início de cada ano letivo, a Autarquia transfere uma verba mensal para as Entidades (Centros Sociais, Juntas de Freguesia, Agrupamentos de Escolas) que asseguram os encargos com pessoal no desenvolvimento daquelas atividades, sendo esta objeto de acertos financeiros trimestrais, nos termos do número 3, da cláusula 5ª do Protocolo de Colaboração da Educação Pré-Escolar celebrado entre as partes, e renovado anualmente. No presente ano letivo, estão a beneficiar deste apoio 58 Jardins de Infância, abrangendo um total de 1.667 crianças para almoço, e 1.306 para prolongamento de horário, o que implica a transferência de uma verba mensal previsível no valor de 103. 210,82€. Assim, e face à Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, e à informação do Departamento Financeiro de que não existem fundos disponíveis para assumir novos compromissos, cumpre-nos informar que a transferência de verbas a entidades para assumir os encargos com pessoal para apoio no refeitório e prolongamento de horário é urgente, imprescindível e inadiável, uma vez que: compete à autarquia assegurar a componente de apoio à família, designadamente o fornecimento de refeições e apoio ao prolongamento de horário na educação pré-escolar, nos termos do disposto na alínea b), ponto 1, artigo 2º, do Decreto-Lei nº 144/2008, de 28 de julho; compete igualmente à autarquia, nos termos do ponto 1, cláusula 5ª do Protocolo de Colaboração da Educação Pré-Escolar, proceder à transferência para as entidades de uma verba mensal destinada a

comparticipar os encargos com pessoal para acompanhamento e vigilância das crianças no período de almoço e no prolongamento de horário. Pelo exposto, solicita-se que seja dado despacho de autorização de cabimento e de compromisso para a transferência de verbas às entidades que, no período de janeiro a julho e setembro a dezembro de 2013, irão assumir os encargos com pessoal para o desenvolvimento das atividades da componente de apoio à família, prevendo-se um custo anual de 1.135.319,02€. Mais se informa que o assunto deverá ser presente a Reunião de Câmara para deliberação. Segue em anexo o mapa de pormenor. À consideração superior.” O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO VALE DE S. TORCATO - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** - Presente a seguinte

informação do Chefe de Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas: “O Agrupamento de Escolas do Vale de São Torcato solicitou a colaboração do município através da cedência de dois autocarros, para efetuar o transporte dos alunos dos Jardins de Infância do Agrupamento, nos dias 15 e 16 de Janeiro, ao Museu Alberto Sampaio. Considerando que se trata de deslocações inseridas no programa anual de atividades a desenvolver pelo agrupamento e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização das viaturas em causa, por despacho a 27 de Dezembro de 2012, foi proposto o deferimento do pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do executivo camarário a concessão do apoio solicitado.”

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO – EB1/JI BELA VISTA – CEDÊNCIA DE**



**AUTOCARRO** - Presente a seguinte informação do Chefe de Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas: "A EB1/JI da Bela Vista - Selho (S. Jorge) solicitou, a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte de um grupo de 47 alunos no dia 21 de Dezembro, a espaços de divertimento infantil em Guimarães. Assim, considerando que se tratou de uma deslocação inserida no programa de férias de natal a desenvolver pela EB1/JI e por não ter existido inconveniência para os serviços a disponibilização do autocarro, por despacho a 18 de Dezembro de 2012, foi deferido o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se para ratificação o apoio concedido."

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL – APOIO A INSTITUIÇÕES SOCIAIS -  
ALTERAÇÃO DO PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PROTOCOLO  
COM O CENTRO SOCIAL D. MANUEL MONTEIRO DE CASTRO**

– Presente a seguinte informação da Chefe de Divisão de Ação Social: "Em reunião de Câmara de 12 de abril de 2012 foi deliberado aprovar o apoio a 28 instituições de solidariedade social, entre as quais o Centro Social D. Manuel Monteiro de Castro, este último com um subsídio de €5.000.00 (cinco mil euros) para a construção de um parque infantil, com o objetivo de dinamizar atividades pedagógicas no exterior. Na sequência desta deliberação, foi celebrado em 21 de Junho de 2012 um Protocolo com este Centro Social, nos termos e em conformidade com o Regulamento nº 607/2010 de 15 de Julho. Contudo, em carta de 20 de dezembro, a presidente desta instituição, D. Elvira Matos da Silva Fertuzinhos, requereu à Câmara Municipal a prorrogação do período de vigência do Protocolo até 31 de dezembro de 2013. Considerando que foi emitida a declaração de cabimento nº

2186/2012 relativa ao valor total dos subsídios e que foi fundamentado e emitido o compromisso relativo à atribuição de subsídios às instituições a que reporta a deliberação de 12 de abril e na qual esta instituição se inclui, propõe-se, ao abrigo do artigo 19º do regulamento 607/2010, a aprovação do prorrogação do período de vigência, anexando um aditamento ao atual Protocolo, onde conste: A alteração da Cláusula 2ª – Período de Vigência do Protocolo, nos seguintes termos: *Sem prejuízo do disposto na cláusula 6ª, o período de vigência deste Protocolo produz efeitos de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2013.* **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDO POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO NO MÊS DE NOVEMBRO** – Presente a seguinte informação da Divisão de Ação Social: “Por deliberação de 22 de Dezembro de 2011 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com carácter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos. Importa assim, submeter a ratificação os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa que se anexa”. Os apoios concedidos correspondem aos processos nºs 226886620/12; 211422720/12; 211422720/12; 137707550/12; 191384119/12; 191384119/12; 231809280/12; 231809280/12; 149700610/12; 149700610/12; 149623135/12; 175602034/12; 178841900/12; 132761165/12; 172452449/12; 172452449/12; 224638092/12; 134210352/12 e 134210352/12. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----



**AÇÃO SOCIAL - TITULARES DO FUNDO DE MANEIO PARA ACORRER A SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA SOCIAL** – Presente

a seguinte informação da Chefe de Divisão de Ação Social: “Em reunião de Câmara de 20 de dezembro de 2012, foi deliberada a constituição de um Fundo de Maneio para o ano de 2013, no valor de €750,00 (setecentos e cinquenta euros) mensais destinado a acorrer ao pagamento com caráter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos. Contudo, na informação apresentada naquela reunião de câmara não foi indicado, por lapso, o titular e o substituto do referido fundo de maneio. Assim, propõe-se: Como titular do fundo de maneio, Isabel Maria Ferreira Miranda, chefe da Divisão de Ação Social; Como substituto, nas suas faltas e impedimentos, Paulo César Ribeiro Fernandes, técnico superior de gestão de recursos humanos. À consideração superior”.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL – “ENCONTRO DE SABERES” - CEDÊNCIA DE TRANSPORTE** - Presente a seguinte informação do Chefe de

Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas: “Amélia Gonçalves, em representação do grupo organizador do "Encontro de Saberes" da freguesia de Sande (Vila Nova) solicitou a colaboração do município, através da cedência de dois autocarros para efetuar o transporte de 100 seniores, no dia 16 de Janeiro, a Sobreposta. Assim, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 4 do artigo 64 da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterado e republicado pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, por despacho de 18 de Dezembro de 2012, foi proposto o deferimento do pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios remete-se para deliberação o pedido de apoio.”

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**CULTURA – FESTAS DE SANTO AMARO – FREGUESIA DE MASCOTELOS - TROFÉU PARA CONCURSO DE GADO BOVINO**

**2013** – Presente a seguinte proposta: “Na sequência do pedido de apoio da Comissão de Festas de Santo Amaro, para o concurso de Gado Bovino, integrado nas Festas de Santo Amaro, na Freguesia de Mascotelos, a realizar no próximo dia 15 de Janeiro de 2013, submete-se para deliberação na reunião de Câmara, a oferta de um troféu (taça), com o valor atribuído de 35€, para a classificação do 1º prémio de uma secção dos vários grupos a concurso.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**DESPORTO – PEDIDO DE ISENÇÃO - GUIMARÃES CIDADE EUROPEIA DO DESPORTO 2013**

- Presente a seguinte informação do Chefe de Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas: “A realização de provas desportivas organizadas nas vias, jardins e demais lugares públicos, carece de licenciamento, previsto no Regulamento do Exercício de Diversas Atividades Sujeitas a licenciamento Municipal, da competência da Câmara Municipal. Associado ao licenciamento de provas desportivas ou outras manifestações passíveis de afetar o trânsito, e decorrente da tramitação administrativa inerente, designadamente com o pedido de pareceres e divulgação do(s) evento(s), está o pagamento de uma taxa, no valor de €17,88, prevista no art.35.º da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais. Com a organização da iniciativa Guimarães Cidade Europeia do Desporto 2013, estão programados inúmeros eventos desportivos ao longo do ano em espaço público, sendo expectável que, com a crescente divulgação e conhecimento dos seus objetivos, muitos mais se venham a realizar. Considerando a particularidade do presente ano, o carácter amador da maioria dos eventos e os recursos



disponíveis das suas organizações, submete-se à consideração superior, nos termos do art.º 56.º do Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas Municipais, a isenção da referida taxa nas iniciativas associadas à iniciativa Guimarães Cidade Europeia do Desporto 2013, sem prejuízo do cumprimento da legislação vigente, designadamente com a publicitação, através de aviso ou edital na imprensa, nos termos do artigo 12.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de Março.” **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ATA EM MINUTA.** -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

Pelas 10:55 interveio **Manuel Veloso**, Presidente da Associação de Moradores do Bairro da Emboladoura, em Gondar, apelando à solidariedade aos membros do executivo municipal para que seja possível corrigir algumas anomalias existentes no referido Bairro, nomeadamente ao nível da degradação dos caleiros e as consequentes infiltrações nos prédios geridos pelo IHRU. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** começou por dizer que, num esforço tremendo, a Câmara Municipal apresentou atempadamente os projetos de arranjo urbanístico dos bairros sociais ao IHRU, não havendo, até agora, mais dados sobre esta intervenção, tendo sido o compromisso da Câmara de fazer o arranjo urbanístico depois de feita a reabilitação dos bairros. No que diz respeito à desobstrução dos caleiros disse que deverá ser remetido a esta Câmara Municipal um pedido da Junta de Freguesia de Gondar para ser levada a cabo uma intervenção de carácter pontual pelos serviços do Departamento de Obras Municipais e Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente, com a ajuda de uma corporação de Bombeiros. -----

**PELAS ONZE HORAS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR  
ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE  
LAVROU A PRESENTE ATA. -----**